

Acerca de Nações e de Nacionalismos

Raúl França Martins

1. INTRODUÇÃO

Muitos dos mais graves conflitos que, nos nossos dias, vêm ocorrendo em todo o Mundo, relacionam-se directamente com paixões nacionalistas. Fenómeno complexo, nem sempre fácil de compreender devido às suas múltiplas facetas e à diversidade das formas de que se reveste, não pode ser nem ignorado nem minimizado.

Cada vez mais se vem tornando importante para os académicos, para os analistas, e também, talvez sobretudo, para os responsáveis políticos, estudá-lo e sobre ele reflectir. No entanto, a sua natureza profundamente emocional contribui para dificultar fortemente tanto a objectividade no seu estudo como a serenidade nas reflexões a seu respeito. Acresce que, embora muito abundante a contribuição teórica que, sobre este tema, desde o século XIX, vem sendo elaborada, ela se caracteriza por uma enorme diversidade tanto nas perspectivas utilizadas como no entendimento dos conceitos, ou na percepção das realidades envolvidas.

Por outro lado, essas realidades abrangidas por este tema, e por outros com ele estreitamente relacionados, como Nação, Estado, território, fronteiras, têm permanecido como elementos fundamentais da ordenação internacional. A evolução das formas de enquadramento político dos povos, comandada pela dialéctica estabelecida entre as estruturas políticas e os laços culturais, aparece mesmo como sendo provável principal definidora da configuração do Sistema Mundial para o século XXI. A crise do Estado soberano, a proliferação dos nacionalismos e dos fundamentalismos religiosos, as organizações supranacionais, etc., são disso indícios.

Neste trabalho não temos qualquer pretensão de ajudar a esclarecer ou a sistematizar a tão grande diversidade de aproximações e de entendimentos que se têm formulado sobre estes temas. Apenas nos sentimos motivados pela sua importância, pelo seu interesse, a sobre eles elaborarmos algumas reflexões, com a convicção de que os perigos reais que as paixões nacionalistas encerram, assim como as suas excepcionais potencialidades, necessitam, para serem melhor controlados os primeiros, mais desenvolvidas as segundas, da melhor compreensão daquelas realidades, a qual, por sua vez, depende da reflexão desapassionada a seu respeito. É pois com a modesta esperança de que este pequeno trabalho possa, de algum modo, eventualmente, estimular algum leitor a também ele reflectir, com a maior isenção que lhe seja possível, sobre esta matéria, que o estamos apresentando.

A primeira dificuldade com que nos defrontamos é semântica. As mesmas palavras designam realidades diferentes. Será então necessário discutirmos um pouco os conceitos, mas antes de o fazermos no segundo capítulo, será conveniente, para melhor distinguirmos as diferentes realidades em causa, tentarmos um sumarássimo bosquejo da evolução das comunidades humanas do ponto de vista dos principais elementos de coesão que as terão estruturado.

SENTIMENTO GREGÁRIO E FOCOS DE LEALDADE/FIDELIDADE

O homem é um animal social. Vive portanto em grupo e só o grupo lhe dá a sua verdadeira dimensão. Como todos os animais vertebrados sociais, a sua socialização corresponde a uma pulsão biológica, ou a uma necessidade instintiva, e como acontece com todos os vertebrados que vivem em grupos, a sua socialização é imperfeita, mantendo-se a auto afirmação e a autodefesa dos interesses dos indivíduos em permanentemente precário equilíbrio com os interesses colectivos, ao contrário do que se passa com a maioria dos insectos sociais em que uma perfeita socialização, garantida pelas respectivas evoluções genéticas, subalterniza completa e definitivamente os indivíduos ao grupo.

Desta permanente dialéctica entre as pulsões biológicas que empurram o indivíduo para se integrar na vida colectiva, e, simultaneamente,

o levam a afirmar e defender o seu ego, resulta que as comunidades humanas, à semelhança das sociedades dos outros animais vertebrados, assentem, por um lado, na solidariedade entre «os que somos», «os que pertencemos ao grupo» (reconhecimento por semelhança) com a correspondente «recusa da alteralidade», necessidade de repelir o «outro» (reconhecimento por diferenciação), solidariedade e recusa que respondem ao sentimento/necessidade de pertença e, na sua conjugação, baseiam a coesão interna do grupo. E, por outro lado, em hierarquias (institucionalizando formas de autoridade) que garantem o funcionamento internamente ordenado do conjunto, assim como o controle da inevitável conflitualidade decorrente da autonomia de cada um dos indivíduos que constituem o grupo.

A julgar pelos testemunhos obtidas através da observação, desde o século XVI, de diversas comunidades de caçadores colectores, e por analogia com grupos de antropóides, em especial de chimpanzés, (os biologicamente mais próximos do homem), as mais primitivas comunidades humanas teriam sido formadas com base nos laços de sangue, constituindo grandes famílias alargadas, ou clãs, com algumas dezenas de indivíduos, e teriam tido uma organização hierárquica relativamente simples, flexível, baseada no sexo, na idade, na força física, e em algumas aptidões de interesse comum, designadamente as da caça, da colecta, e da relação com o sobrenatural. A «legitimidade» da hierarquia, a aceitação pacífica desta e das competências e deveres que decorreriam da posição nela de cada um, isto é, o princípio da «autoridade» (ou do dever de obediência), assentava na tradição, a LEI, naturalmente não escrita mas gravada nas memórias, transmitida de geração para geração, repositório dos costumes e práticas, cujas origens se atribuíam aos antepassados e aos deuses, e cuja preservação era garantida pelo saber dos anciãos.

A LEI (tradição, religião e símbolos), era pois a verdadeira coluna vertebral da sociedade primitiva e, como fazem notar antropólogos como Pierre Clastres⁽¹⁾ constituía simultaneamente o principal elemento

(1) CLASTRES, Pierre: «Arqueologia da Violência: A guerra nas sociedades primitivas», capítulo no livro «Guerra, Religião, Poder» (vários autores) Edições 70, n.º 11 da colecção «Perspectivas do Homem».

de reconhecimento entre os membros do grupo e a razão básica para a «recusa do outro», do estranho, aquele que tinha outros costumes, outros antepassados, outra religião, outra LEI.

Outros elementos de reconhecimento importantes seriam quer o território, cuja posse garantia alimento e segurança, e que de certo modo representava como que uma extensão material tanto do grupo como da LEI (terra dos antepassados, criada e habitada pelos deuses), quer a autoridade (hierarquia), que ordenava os comportamentos com base na LEI, à qual, portanto, território e hierarquia se reconduziam.

A comunidade primitiva era pois relativamente simples, quase indiferenciada. Os pilares da coesão social seriam apenas dois. Por um lado, a «identidade colectiva», concretização do sentimento/necessidade de «pertença», integrando o reconhecimento do grupo pelo indivíduo, o reconhecimento e a aceitação deste pelo grupo, e a recusa dos «outros», dos estranhos. Por outro lado, o «foco de lealdade/fidelidade» dos indivíduos, derivado da «legitimidade» (consonância com a LEI) e baseando quer a hierarquia, quer a «autoridade» (embrião do poder político). Ambos emanavam, identidade colectiva e foco de fidelidade, do mesmo conjunto de deuses, antepassados, tradições e símbolos, isto é, da LEI. A comunidade «política», a comunidade social, a comunidade de parentesco, coincidiam inteiramente, eram uma só.

A «COMPLEXIFICAÇÃO» DAS COMUNIDADES

Após a «revolução» social que transformou o caçador/colector em produtor de alimentos (agricultura, pecuária), as comunidades primitivas evoluíram para a formação dos primeiros Estados (cidades-estado e impérios), atenuando ou apagando, muitas vezes pela violência, mas também pelas misturas genéticas e culturais, a individualidade, muitas vezes, também a identidade, dos clãs e das tribos. Criaram-se então novos princípios de legitimidade capazes tanto de justificarem como de enquadrarem a integração de diferentes comunidades primitivas.

A nova comunidade passava a assentar principalmente no Poder político, que a forjara, o qual se justificava pela referência a novos deuses (ou a uma nova hierarquia de deuses, ou à reformulação dos

deuses das comunidades amalgamadas ou absorvidas), e se manifestava através de novos símbolos, de novos valores, ou da imposição dos símbolos e valores da comunidade preexistente mais poderosa (em termos físicos ou em termos culturais).

As tradições, essas, resistem normalmente durante mais tempo, pelo que, nas novas comunidades complexas, geralmente coexistiam tradições das diversas comunidades anteriores, mesmo depois da memória da existência destas se ter desvanecido, ao mesmo tempo que outras tradições, comuns às diversas comunidades agora reunidas, se iam formando.

Por outro lado, as diversas comunidades preexistentes não se misturavam logo inteiramente, e as diferenças que persistiam entre elas, bem como a forma como se tinha processado a sua integração (ou submissão), contribuíam para estratificar as novas comunidades, estratificação que tendia a ser tanto mais rígida quanto maiores e menos integradas estas fossem, e que tendia a tornar-se esteio principal da hierarquia social.

Ao mesmo tempo, estas comunidades de homens produtores de alimentos, cuja dimensão se contava já não como as de caçadores-colectores por dezenas, mas sim por milhares, de indivíduos, conheceram um novo tipo de diferenciação, inexistente nas comunidades primitivas, relacionada com a nova forma de vida colectiva, a das especializações na produção e no funcionamento da comunidade. Surgem os agricultores, os criadores de gado, os metalúrgicos, os artesãos, os comerciantes, os guerreiros, os funcionários, os sacerdotes, os dirigentes. Cada uma destas especializações domina um saber específico, que importa aprender e ensinar, desenvolve costumes, maneiras de ser e de fazer, tradições e éticas, cria interesses próprios comuns aos que a partilham.

Deste modo o indivíduo deixa de pertencer a uma única comunidade, simultaneamente social, «política» e de sangue. Estes três tipos de comunidade separam-se embora coexistindo, subdivididos e misturados. O indivíduo pertence a uma família («nuclear» e, ou, «alargada»), a um estrato social, a um mester ou corporação, a um grupo da população que partilha um mesmo idioma ou dialecto e as mesmas tradições, a uma religião, a um «senhor», e, ou, a um monarca. Mais tarde, o sen-

timento de «pertença» social irá também ser partilhado com ideologias políticas, partidos políticos, organizações desportivas, clubes recreativos ou de convívio, círculos de amigos, organizações de vizinhos, regiões geográficas, ligando-se o reconhecimento/identificação do, e com o, grupo, não já com igual intensidade aos três elementos que vimos desempenhar papel principal nessa identificação no grupo primitivo, a «LEI» (tradições e religião), a autoridade (legitimidade, dever de obediência, «poder político»), o território (extensão e materialização física do grupo), mas mais a um ou outro desses elementos consoante o tipo de comunidade. As comunidades religiosas, e, a partir do século XIX, os nacionalismos e as ideologias políticas, identificam-se sobretudo (embora não apenas) em função do reconhecimento através das diferentes formulações da «LEI» (isto é, de um sistema de ideias que se entende deverem dirigir e justificar a totalidade do ser e do devir social), as comunidades regionais principalmente em função do «território», as políticas antes de mais em função da «autoridade» (consubstanciada nas instituições e nas normas legais e consuetudinárias), mas todos esses elementos de reconhecimento, tal como as comunidades, cruzam-se e sobrepõem-se em maior ou menor parte.

Estes diferentes grupos sociais a que o mesmo indivíduo se encontra ligado intersectam-se pois sem se sobreporem inteiramente, e todos eles partilham, em graus naturalmente diferenciados, o seu sentimento de pertença, a sua necessidade de reconhecimento, a sua lealdade e fidelidade. Conforme constata Anthony D. Smith⁽²⁾, *«Os indivíduos identificam-se com famílias, aldeias ou cidades, regiões, grupos de sexo e de idade, classes, religiões, comunidades étnicas e nacionais, assim como com a humanidade como um todo. Estas afiliações são invocadas para diferentes propósitos, e em diferentes ocasiões. Apenas raramente elas entram em conflito, e só raramente (por exemplo, em tempo de guerra) uma pertença se sobrepõe às outras. Identidade, por outras palavras, é situacional»*.

Por norma, ao longo dos séculos, o foco principal da lealdade/fidelidade, que é o que define a comunidade mais importante, mais

(2) SMITH, Anthony D.: «The ethnic sources of nationalism», artigo publicado na revista «Survival», vol. 35, n.º 1, Primavera 1993 (pag. 48-62), pag. 49.

abrangente, a quem o indivíduo se sente ainda fortemente vinculado, a ponto de em sua defesa aceitar arriscar a vida, tem sido a comunidade política. Mas muitas vezes foi, ou é, a comunidade religiosa, que, consoante os casos e as religiões, pode ter, ou não, uma dimensão política. Em muitas situações, pode ser a família esse foco principal, e, mais uma vez, esta pode ou não assumir conotações com o Poder político. E também por vezes os grupos profissionais, os partidos políticos, mesmo até os clubes desportivos, podem tornar-se, ainda que só transitoriamente, focos de lealdade ou fidelidade muito intensos.

Esta pluralidade das ligações entre cada indivíduo e as diversas comunidades atenua a intensidade dos sentimentos de pertença, que assim se distribuem e partilham. Paralelamente, atenua também o complemento do sentimento de pertença, isto é, a pulsão para a «recusa do outro», daquele que não pertence ao grupo, já que em muitos casos o «outro» relativamente a um grupo faz parte do «nós» num grupo diferente. Deste modo, a «complexificação» das comunidades abre oportunidades para o desenvolvimento de sentimentos de tolerância, pelos estranhos ou estrangeiros, pelos costumes e tradições diferentes, pelas outras religiões. Porém, em situações de crise (guerra, como refere A. Smith, mas também problemas económicos e sociais), a necessidade, então sentida mais intensamente, de «reconhecimento», de ligação mais forte a uma comunidade, potencializa a expressão do sentimento de pertença, um dos focos de fidelidade sobrepõe-se então a todos os outros, e com este reforço do sentimento de pertença desenvolve-se também o da «recusa do outro». Será por isso que, em situações de crise, se assiste, com infeliz e condenável frequência, à proliferação de actos de violência colectiva de um grupo contra os que são considerados a ele estranhos, surtos de racismo, de xenofobias, mesmo até de genocídios...

Mas, em termos do sistema das relações internacionais, o que verdadeiramente nos interessa são as comunidades de maior dimensão capazes de se tornarem foco principal das fidelidades dos indivíduos. Desde o início da História, ou seja, desde que a invenção da escrita nos proporciona testemunho directo da forma de viver dos povos, na maior parte das vezes, como já foi dito, essas comunidades têm sido as comunidades políticas, embora por vezes também o tenham sido as

comunidades religiosas, as comunidades territoriais, as comunidades de idioma e de tradições, as comunidades de parentesco (clãs e tribos), as quais podem, ou não, coincidir entre si e com as comunidades políticas.

A forma como nos diferentes tipos de comunidades políticas se foi polarizando a fidelidade dos súbditos variou consoante os princípios de legitimidade vigentes, os valores e os símbolos a que estes se referiam. No final do século XVIII, início do XIX, difundiu-se a ideia de que a fonte principal da legitimidade do Poder político residia, não em Deus nem em direitos históricos de uma dinastia, mas sim numa entidade abstracta (embora constituída por elementos concretos) a que se chamou «Povo», e depois, «Nação».

2. BREVES REFLEXÕES ACERCA DE ALGUNS CONCEITOS

Surge então, naturalmente, a necessidade de definir o que se deveria entender, concretamente, por «Povo» e por «Nação». Naturalmente também, as respostas foram diversas, influenciadas pelas circunstâncias políticas de cada caso.

Temos, pois, a comunidade definida pelo Poder político, ou seja, o Estado, e, desde o século XVIII, a comunidade fonte da legitimidade desse Poder político. Para os revolucionários franceses do século XVIII seriam a mesma comunidade. O Estado que estava consubstanciado na pessoa do rei («L'Etat c'est moi», dizia Luís XIV) passava a estar consubstanciado no povo que o monarca governava. Mas como acabamos de ver, os «povos» governados pelos monarcas, isto é, as comunidades definidas, configuradas, estruturadas pelos poderes políticos vigentes, esses povos estavam longe de ser homogêneos, as fidelidades, de serem inequívocas. Podia haver, e muitas vezes havia de facto, sob o mesmo Poder político, vários «povos» definidos e diferenciados entre si pela religião, pelo idioma, pelas tradições. Ou, pelo contrário, um mesmo «povo», com o mesmo idioma e tradições similares, fragmentado sob múltiplas soberanias. E havia, como temos vindo a referir, diversas formas de reconhecimento mútuo entre os membros das diversas comunidades, assim como diferentes graus na intensidade dos respectivos laços de fidelidade.

Neste caleidoscópio de comunidades que se sobrepõem e misturam, de laços que se entrecruzam, poderemos então, parece-nos, distinguir dois tipos de realidades. Por um lado, temos realidades concretas, os «povos» e as comunidades em que eles se configuram, entre as quais nos interessam as de maior dimensão capazes de polarizarem os sentimentos de pertença dos indivíduos, comunidades essas cuja identificação pode ser feita, principalmente, ou a partir de elementos políticos (legitimidade, autoridade, poder político), ou de elementos sócio-culturais (ideologias, religiões, costumes e tradições, laços de parentesco) ou de elementos geográficos (territórios, regiões, vilas e aldeias). Por outro, temos as modalidades abstractas da expressão do sentimento de pertença (reconhecimento) relativamente a essas comunidades, expressão essa que pode ser mais ou menos passiva ou activa, e que, como toda a expressão de um sentimento, pode ser, até certo ponto, instrumentalizada.

As primeiras, as realidades concretas, são abrangidas por conceitos como Povo, Estado, Nação, Estado-nação e Nação-estado, Nacionalidade, Etnia, Pátria, as segundas, as realidades abstractas, por conceitos como patriotismo, nacionalismo, «chauvinismo», xenofobia, etnocentrismo, racismo. Entre os diversos autores que têm estudado esta problemática existem as mais variadas formas de definirem, de delimitarem, os atributos e âmbitos de cada um destes conceitos, pelo que, não sendo possível neste trabalho uma apresentação de toda essa variedade, que, aliás, muitas vezes leva a contradições, nos limitaremos a referir apenas alguns desses autores, escolhidos em função das finalidades que nos orientam.

Começando pelo conceito de «Povo», este geralmente não designa propriamente uma comunidade, mas sim um conjunto organizado de indivíduos que pode formar qualquer uma das comunidades atrás referidas, territoriais, sócio-culturais, ou políticas, embora, sobretudo em Ciência Política, seja habitualmente entendido como formando estas últimas. É assim que o define o professor Marcelo Caetano⁽³⁾: *«Povo é um conjunto de indivíduos, constituído em comunidade política, sob a égide de leis próprias, e a direcção de um mesmo Poder»*. Mas muitas

(3) CAETANO, Marcelo: «Manual de Ciência Política e Direito Constitucional», 5.ª edição (1967), Coimbra Editora, pag. 117.

vezes a expressão «povo» ou «povos» designa minorias diferenciadas por elementos não políticos dentro de um Estado, ou constituindo uma comunidade religiosa (o povo de Deus) ou territorial (o povo do Alentejo) ou sócio-cultural (o povo curdo), de modo que nos parece preferível reter como sentido para a expressão «povo» simplesmente o de conjunto organizado de indivíduos podendo constituir qualquer um daqueles tipos de comunidades.

Quanto aos conceitos abrangendo os diferentes tipos de comunidade, deixaremos de lado as comunidades em que o principal elemento identificador é o território, ou a religião tomada em termos não políticos, ou a ideologia política, por serem de identificação mais consensual, por terem menos interesse para as finalidades imediatas deste trabalho, ou porque muitas vezes se confundem com aquelas em que o principal elemento identificador é ou o político, ou o sócio-cultural. Será sobre estes dois tipos, que de resto têm sempre aparecido como os principais agregadores das fidelidades colectivas, que focaremos a nossa atenção.

A comunidade política por excelência é o Estado. Este tem tido, como sabemos, muitas formas, cidades-estado como na Suméria, na Hélade, nos Maias ou na Itália do Renascimento, impérios como o hitita, o persa, o chinês, o romano, o inca, o otomano, o russo ou o austro-húngaro, reinos feudais como o da França ou o da Inglaterra na Idade Média, monarquias dinásticas centralizadas como as da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII, Estados-nação surgidos na Europa no século XIX e posteriormente aceites como modelo em todo o Mundo, e ainda Estados federados como a Suíça ou os EUA, e unitários como Portugal ou a Noruega. Apesar desta variedade o seu conceito é o mais consensualmente definido entre os que estamos a considerar. Todas as definições se centram nos seus três elementos, sempre presentes, «Povo», «Território» e «Poder político», diferindo os autores relativamente pouco entre si quanto à ideia central, embora bastante, por vezes, quanto à maneira de entender quer a importância relativa quer o papel daqueles três elementos, bem como acerca dos restantes aspectos ligados às especificidades de cada uma das múltiplas formas dos Estados. Uma definição como a que dá o professor Marcelo Caetano⁽⁴⁾ «*Estado é um*

⁽⁴⁾ CAETANO, Marcelo, obra citada, pag. 115.

povo fixado num território de que é senhor, no interior de cujas fronteiras institui, por autoridade própria, órgãos que elaboram as leis necessárias à vida colectiva e impõem a sua execução» parece-nos por isso perfeitamente suficiente e adequada a este trabalho.

Acerca das comunidades identificadas sobretudo a partir de elementos sócio-culturais as diferenças entre os autores, tanto no que respeita aos conceitos como à forma de os abordar, são muito grandes. Mas podem talvez ser um pouco sistematizadas em torno dos conceitos de «Nação», «Nacionalidade» e «Etnia», apesar das divergências que também estes suscitam.

Anthony D. Smith⁽⁵⁾, dentro do seu conceito de «etnia», distingue entre «categoria étnica» e «comunidade étnica». Segundo ele, *«etnia é uma população humana com um nome, com um mito de ancestralidade comum, memórias e elementos culturais partilhados, um laço com um território histórico ou «terra dos antepassados» e um sentido de solidariedade»*. Acrescenta a esta definição alguns esclarecimentos relevantes acerca do significado dos elementos que a compõem. *«Nomes são importantes, não apenas para as auto e hetero identificações, mas também como expressivos símbolos da personalidade colectiva. Até que uma identidade colectiva cultural receba um nome, falta-lhe (...) um reconhecido sentido de comunidade (...) Até recentemente esse era o caso com os muçulmanos da Jugoslávia (...) o que é importante é a crença ou mito de ancestralidade comum e não a existência de alguma herança genética. As duas podem ou não coincidir, mas é a crença que é vital, não a realidade de descendência física. Etnicidade não é acerca de sangue ou genes como tais, mas acerca de mitos e crenças de origens comuns (...) a importância das memórias históricas. Certamente tais memórias não são (...) as cuidadosas inferências que podem ser extraídas de fontes documentais comprovadas (...) São memórias etno-históricas da colectividade, fontes de inspiração moral (...) e de tradições, incluindo lendas acerca do seu passado (...) criando um senso de História e Destino comuns (...) cultura partilhada (...) inclui vestuários, alimentos, música, artefactos, e arquitectura, assim como leis, costumes e instituições. De longe, os mais comuns entre os*

(5) SMITH, Anthony D., obra citada, pag. 49 a 51.

elementos culturais partilhados são o idioma e a religião. Para alguns académicos, na tradição de Herder, o idioma é o critério decisivo de etnicidade. Mas como Max Muller afirmou há um século, contudo, é perigoso e enganador igualar idioma a origens étnicas (...) Também a religião já não é mais o critério chave da etnicidade. Nas eras pré-modernas, muitas etnias definiam-se a si próprias pelos seus diferentes panteões e rituais, e a religião pode ainda ser uma força vital em diferenciações e conflitos étnicos (...) Onde religião e idioma se sobrepõem, a comunidade em questão é fortemente diferenciada de todas as outras (...) a ligação a um determinado território; aqui, também, é importante enfatizar a natureza simbólica desse laço (...) o que é vital para a etnicidade é o sentido de ligação a uma determinada terra, a crença profunda numa conexão histórica desse povo com aquela terra e o desejo de regressar aos seus «locais sagrados» (...) o que é essencial para a etnicidade não é a posseção dessa terra mas o sentimento de pertença mútua (...) o elemento de solidariedade. Claramente, nem todos os membros de uma dada etnia sentem um igual sentimento de pertença à comunidade. Sem dúvida, nos tempos pré-modernos a maioria de uma dada população étnica frequentemente sentia pouco ou nenhum sentimento de pertença étnica. Eram os de fora que os categorizavam como membros de uma particular comunidade. Usualmente, apenas o estrato superior – nobres, funcionários superiores e sacerdotes – tinha algum sentido de origem e herança étnica partilhada (...) Em outros casos (usualmente comunidades etno-religiosas ou cidades-estado) as classes baixas participavam no sentimento de comum etnicidade».

Daqui A. Smith parte para os seus conceitos de «categorias étnicas» e de «comunidades étnicas». As primeiras, segundo escreve⁽⁶⁾, «são caracterizadas como grupo culturalmente distinto por pessoas de fora (frequentemente académicos, missionários, viajantes e mercadores), mas possuem pouco ou nenhum sentido da sua etnicidade comum (...) Em contraste, há comunidades étnicas que, mesmo com os seus membros dispersos, nunca perderam o seu sentido de comum etnicidade, de pertencerem a uma etnia que os reunia a todos onde quer que estivessem (...) Através da História houve um incontável número de categorias

⁽⁶⁾ SMITH, Anthony D., obra citada, pag.. 51 e 52.

étnicas, mas apenas sob certas condições conseguiram os membros dessas categorias coalescer em comunidades étnicas. Mais ainda, apenas poucas destas conseguiram sobreviver às pressões de absorção e assimilação através dos séculos. O que frequentemente se testemunhou foi um caleidoscópio de laços e unidades étnicas sempre em mutação, apenas algumas das quais se tornaram firmemente cristalizadas e duráveis».

Apesar de para alguns autores o respectivo conceito de «nação», e para outros o de «nacionalidade», coincidir mais ou menos com o que A. Smith designa por «etnia», e o desta com o que A. Smith designa por «categoria étnica», os conceitos de «categoria étnica», e de «comunidade étnica», tal como são formulados por este autor, assim como a sua ideia de «cristalização étnica», parecem-nos operacionalmente úteis para perceber o fenómeno dos «nacionalismos» bem como a emergência, durante o século XIX, dos dois tipos de conceitos de «nação». Continuaremos pois a segui-lo durante mais algum tempo.

Segundo ele⁽⁷⁾ *«nas épocas pré-modernas as condições gerais que favoreceram a cristalização étnica e a sobrevivência das comunidades étnicas eram quatro. A mais óbvia era a aquisição (ou, mais tarde, a perda) de uma particular parcela de território que era sentida pertencer a um povo tal como este pertencia a ela. Esta era a «terra-lar» («homeland», no original) do povo (...) a «terra-lar» (ou, como por vezes é designada, «terra-berço», ou ainda, «terra-prometida») tornava-se um símbolo de redenção porque era vista como um berço do povo. Uma segunda condição eram as vicissitudes das lutas com os inimigos (...) Uma tradição de luta e guerra era frequentemente mantida servindo para inspirar nas gerações posteriores uma crença num destino comum, desde que derrotas fossem equilibradas com vitórias e especialistas em comunicação oral ou escrita emergissem para recordar as crónicas do passado étnico. Em tais casos, os mitos e símbolos de heróis, batalhas, e seus sagrados locais, tornam-se uma parte essencial da construção étnica. A terceira condição (...) alguma forma de religião organizada era vital para produzir especialistas em comunicações e conservação de recordações, assim como para gerar rituais e tradições que forma-*

(7) SMITH, Anthony D., obra citada, pag. 52 a 54.

ram canais de continuidade para comunidades étnicas. Sacerdotes, textos sagrados, e rituais, frequentemente sustentaram o sentido emergente de etnicidade comum (...) Finalmente (...) era a emergência e o poder de um mito de «povo escolhido» (...) o popular sentido de se ser um «povo eleito», religioso na origem e natureza, provou ser um recurso íntimo vital nas atribulações que muitas etnias, particularmente minorias étnicas, enfrentaram. (...) Na era moderna o número de condições que podem impulsionar um sentimento de etnicidade comum incrementou-se grandemente. Em adição à associação com a «pátria» («homeland», terra lar ou dos antepassados), com a gesta guerreira e organização religiosa, também existem séries de factores brotando das actividades do Estado moderno, das elites seculares da «inteligentzia», e de agências externas, incluindo o exemplo de outras etnias. Talvez os mais poderosos tenham sido as actividades cívicas e culturais do Estado moderno e as ideologias do nacionalismo étnico. À medida que o Estado moderno estende o âmbito das suas actividades e agências aumenta a sua tendência para incorporar e homogeneizar populações e lhes impor um sentido de solidariedade cívica. Em alguns casos estas actividades têm tido o efeito de quebrarem barreiras entre categorias étnicas e comunidades, gradualmente submergindo e atenuando qualquer sentimento de cultura e heranças separadas (...) Em contraste, nos casos em que uma comunidade étnica retém um vivido sentido de comunidade, frequentemente enfrentando perseguições (...) então o crescente intervencionismo do Estado moderno simplesmente reforça a solidariedade étnica e exacerba as diferenças étnicas. A introdução da educação cívica maciça foi particularmente efectiva em eliminar os sentidos latentes de identidade de diferentes etnias, ou ainda em implantar um sentido de identidade étnica entre populações que eram categorizadas pela maioria como diferentes (...) em ambos os casos, a extensão dos poderes e da intervenção do Estado na vida social, ou criou novas comunidades étnicas a partir de categorias étnicas pré-existentes, ou reforçou diferenças e identidades étnicas».

Destes extensos, mas claros e interessantes extractos do ensaio de A. Smith poderemos retirar algumas conclusões que nos parecem importantes. A primeira será a da necessidade de distinguir nas comunidades identificadas por elementos sócio-culturais dois tipos principais. Um, o

das comunidades sem clara noção da sua identidade colectiva, diferentes das outras mas sem generalizada consciência de que essa diferença face ao exterior deva fundamentar uma solidariedade interna, as quais Smith designou por «categorias étnicas». Outro, o das comunidades conscientes da sua identidade, em que essa consciência generalizada, apoiada em mitos fundadores (sentimento de ancestralidade comum), em memórias históricas (história inferiorizada, lendas), em símbolos, na referência a um território berço da comunidade, e numa cultura partilhada (idioma, religião, costumes) suporta um sentido de solidariedade e de destino comum, designadas por Smith como «comunidades étnicas».

Uma segunda conclusão será a da transitoriedade destas comunidades, todas susceptíveis de evoluírem e de se transformarem (aliás como acontece com as comunidades políticas), mas com resistências diferentes a essa mutabilidade. As menos resistentes à transformação, à sua desapareição como tais, são naturalmente as menos conscientes de si próprias, isto é, as «categorias étnicas», e, entre as outras, as menos «cristalizadas» naqueles elementos que fundamentam a sua identidade colectiva. Segundo o autor que temos estado a referir, as condições que favorecem a «cristalização» de algumas comunidades étnicas tornando-as «campeãs» de sobrevivência decorrem do papel desempenhado por elementos como o de um «território-berço» da comunidade (terra dos antepassados, «homeland»), como o da «gesta guerreira» convenientemente transmitida pela tradição oral ou escrita, como o de organizações religiosas e o da existência de um sentido de «povo eleito». Mais recentemente refere a intervenção do Estado moderno, podendo tanto criar como apagar sentimentos de identidade, assim como o papel das elites, dos intelectuais, e do que designa por ideologia nacionalista.

Antes de prosseguirmos acrescentaremos dois comentários. O primeiro, para recordar, mais uma vez, que as designações são, como quase sempre acontece nas ciências humanas, controversas. Muitos autores designam por «etnia» ou por «grupo étnico» o que Smith chama «categoria étnica», e por «nação», «etnia», ou «nacionalidade» o que ele chama «comunidade étnica». Mas o que importa é estabelecer uma distinção entre estes dois tipos de comunidades, aspecto em que grande número de autores converge. O segundo será para fazer notar que nem todos os elementos listados como identificadores e suportes de uma

comunidade étnica têm que estar presentes em todas, podendo algum ou alguns não se verificarem num caso ou em outro, assim como ser variável entre eles, e de caso para caso, a respectiva importância relativa. O mesmo se passa com as condições de consolidação («cristalização») de uma comunidade étnica. O decisivo acaba sempre por serem as *convicções geradas*, ou não, de forma generalizada, entre os membros da comunidade em questão. Essas convicções apoiam-se nesses ou em alguns desses elementos que são assim necessários, pois sem eles, ou alguns deles, não é possível gerarem-se as crenças e convicções ligadas à identidade colectiva, mas não são suficientes, pois sem as referidas crenças e convicções a identidade é percebida do exterior («categoria étnica») mas não é interiorizada («comunidade étnica»).

3. OS NACIONALISMOS ENTRE AS NAÇÕES E OS ESTADOS

A «IDEOLOGIA NACIONALISTA» E O ESTADO-NAÇÃO

Na sequência do texto que temos vindo a citar, A. Smith, acerca do impacto das novas condições derivadas das actividades do Estado moderno, bem como do papel dos intelectuais, e da «inteligentzia» em geral, na consolidação das comunidades étnicas, fala-nos do aparecimento do que designa por «ideologia nacionalista». Conforme escreve^(*) *«Se intelectuais propuseram novas etnias e nações, a «inteligentzia» profissional foi frequentemente a principal condutora e beneficiária da sua disseminação. Juristas, médicos, arquitectos, engenheiros, técnicos, jornalistas e, especialmente, professores, foram activos na promoção da ideia da nação étnica, especialmente para comunidades dentro de um Estado imperial ou colonial. As suas actividades culturais, económicas e sociais, criaram novas redes («networks» no original) para (ligarem) os membros de comunidades ou categorias étnicas minoritárias sujeitos às frequentemente contraditórias forças de assimilação e discriminação pelo Estado. Estas redes formaram o microcosmo para novas comunidades, e forneceram aos seus membros sentimentos de activismo e de auto-afirmação que*

(*) SMITH, Anthony D., artigo citado, pag. 54 a 58.

se ergueram em vincado contraste com a acomodação requerida pelas autoridades do Estado. Talvez o mais decisivo dos novos factores na criação das modernas etnias tenha sido a ideologia do nacionalismo, ou mais exactamente, a ideologia do nacionalismo étnico. Diferentemente das versões territorial e cívica da nação, concebida como uma comunidade de cultura partilhada, leis comuns e cidadania territorial, os conceitos étnicos de nação focam-se na genealogia dos seus membros, mesmo sendo esta fictícia, (...) na história e costumes nativos e cultura vernácula (...) a nação étnica tenta criar para si própria a imagem de uma etnia ancestral. Ao fazer isso, frequentemente ajuda a recrear aquela etnia (...) Nacionalismo étnico tem tido uma vantagem sobre o nacionalismo territorial e cívico - a de construir a nação a partir de laços étnicos preexistentes (...) A nação aparece como uma continuação natural de uma etnia pre-existente (...) Nacionalismo étnico implica uma revolução na maneira de ser dos seus membros. Onde antes se tinham visto a si mesmos como passivos e aquiescentes, procurando acomodação com os seus governantes de outras etnias, começam a afirmar-se a si mesmos, participando activamente na configuração do seu próprio destino colectivo. Onde antes os seus heróis eram obedientes a Deus e ao seu divino plano (...) tornam-se agora dirigentes e inspiradores da nação e intérpretes da vontade nacional (...)

Porque processos são as etnias, comunidades étnicas cristalizadas, mobilizadas pelo nacionalismo étnico? (...) Embora existam diversas variações, podem discernir-se três processos básicos de transformação etno-nacional. O primeiro é aqui designado por «mobilização vernaculizante». Isso envolve a redescoberta pelos intelectuais étnicos de tradições indígenas, costumes, memórias, símbolos, e, especialmente, idiomas e sua disseminação por largos estratos da população alvo (...) O segundo processo concomitante tem sido a «politização cultural» da herança vernácula. Em anteriores eras essa herança era respeitada por sucessivas gerações como repositório de sabedoria e virtude comuns, mas tal veneração tinha poucas consequências políticas. (...) tornava-se imperativo tornar a herança cultural comunitária num recurso político. O que eram tradições veneradas tornam-se então armas numa guerra cultural (...) Nas velhas tradições étnicas as batalhas eram recordadas como resultado de virtudes dos reis e de

políticas dinásticas. Na historiografia nacionalista tornam-se exemplos da virtude e da vontade nacionais (...) as grandes figuras do passado – guerreiros, santos ou legisladores – antes vistas como exemplos da tradição religiosa ou comunitária, tornam-se dirigentes nacionalistas, fundadores da nação ou profetas do destino nacional (...) Onde a politização da cultura está ligada a um passado étnico vivo e onde se combina bem com uma tradição etno-histórica, existe uma energia etno-nacional extremamente poderosa e explosiva (...) O terceiro processo é uma demasiado familiar consequência das outras duas: «purificação étnica». Começa com o regresso a uma cultura popular vernácula que é usada para fins políticos e injecta uma crença na santidade dessa cultura. Acredita-se que a cultura étnica consiste em valores culturais insubstituíveis. Para preservar a cultura, para protegê-la contra influências estranhas e contaminadoras, ela deve ser mantida não adulterada - sem dúvida, deve ser purgada e purificada. Os seus aderentes, também, devem manter-se afastados dessas indesejáveis influências através da segregação, expulsão, deportação e até exterminação dos estranhos (...) Esta lógica é comum a todos os nacionalismos étnicos (...) O esta lógica vir a ser inteiramente posta em prática depende de uma variedade de circunstâncias – tamanho relativo das diferentes etnias, a sua localização estratégica, as suas características culturais e as suas instituições, a história das suas relações étnicas, a natureza das organizações que perfilham o etno-nacionalismo, etc. Estes factores determinarão a exacta natureza e intensidade das purificações étnicas, bem como a severidade das acções (...) O que é constante, contudo, é a propensão, o impulso, de todo o nacionalismo étnico para alguma forma e grau de purificação étnica».

Temos aqui o esboço de dois conceitos, nacionalismo e nação, assim como da forma como um pode gerar o outro. Mais uma vez há que assinalar o interesse da abordagem do tema, o bem observado e fundamentado de muitas afirmações, assim como também a discutibilidade de algumas delas.

Desde logo, a forma como o autor relaciona nacionalismo e nação, designadamente ao escrever «Se intelectuais *propuseram* novas etnias e nações», e, mais adiante, «talvez o mais decisivo dos novos factores na *criação* das modernas etnias tenha sido a ideologia do nacionalismo»,

pode sugerir a ideia de que a nação teria sido um mero produto da ideologia⁽⁹⁾ nacionalista. De facto, muitos autores e responsáveis políticos têm defendido pontos de vista desse género, como bem assinala, por exemplo, criticando-os, o Prof. Mendo Henriques ao escrever «*A controvérsia sobre o estatuto da nação (...) reflecte, antes de mais, o carácter equívoco da opinião e da informação (...) A nação nunca teria existido, seria um mito, manipulado pelo aparelho de Estado, imposto por classes dirigentes, por ideólogos oportunistas e forjada com os meios de comunicação típicos de cada época (...) Esta posição é reforçada, aliás, pelas argumentações acerca da ultrapassagem da nação pelas pressões pragmáticas e tecnológicas, por exigências de economias de escala, e por constituir um factor de violência residual, uma ideologia alienante*»⁽¹⁰⁾.

Mas não nos parece ser essa a ideia de A. Smith, como aliás não é a de muitos outros autores que têm estudado esta problemática. De facto, conforme se depreende ao ler com atenção o texto que temos vindo a citar, verificamos que se trata não de criar a partir do nada, mas sim de *recriar* uma nova imagem «a partir de laços étnicos preexistentes». Isto é, a realidade cultural e étnica já lá estava, e o que a «ideologia nacionalista» étnica faria mais não seria do que reestruturar e intensificar uma identidade colectiva da qual ela própria seria fruto. Ou seja, a nação étnica precede necessariamente o nacionalismo étnico, o qual por sua vez se debruça sobre a nação étnica e a procura mobilizar em torno de

⁽⁹⁾ Ideologia, no sentido mais geral do termo, tem vindo aqui a ser entendido como sistema coerente de ideias simplificadas que justifica comportamentos colectivos e baseia um projecto de futuro em função de determinado modelo de organização ou funcionamento social. Neste sentido a ideologia não demonstra nem discute as ideias mas simplesmente proclama-as e impõe-nas. A sua função social não é procurar encontrar uma resposta adequada aos problemas resultantes da complexidade social (essa resposta a ideologia acredita tê-la já encontrado), mas sim promover a coesão social e mobilizar a comunidade para a consecução do modelo que propõe. Partindo geralmente de uma doutrina política, cuja teoria simplifica, cristaliza e vulgariza, a ideologia funciona muito mais como referência simbólica do que como proposta teórica. Neste sentido, as ideologias podem também assumir a forma de nacionalismos ou de fundamentalismos religiosos. Nem uns nem outros são ideologias de per si, mas podem tornar-se tal quando uma identidade nacional ou uma religião são instrumentalizadas ao serviço de um projecto político que utiliza como fundamento uma selecção de ideias, princípios, valores e símbolos próprios daquele nacionalismo ou daquela fé religiosa, radicalizando-os e reorientando-os.

⁽¹⁰⁾ HENRIQUES, Mendo Castro, «Para uma nova ciência da Nação-Estado», revista Nação e Defesa n.º 64, Out-Dez de 1992 (pag. 135 a 157), pag. 139.

uma identidade que já existia mas que esse nacionalismo ajuda a precisar, aqui e ali mesmo, eventualmente, retocando-lhe ou alterando-lhe alguns contornos, mas que não «inventa» e, de facto, não pode «inventar». O que a ideologia nacionalista étnica trouxe de novo foi sobretudo aquilo que A. Smith designa por «politização cultural da herança vernácula», isto é, um esforço no sentido de despertar a consciência política da comunidade etno-cultural.

Quanto ao conceito de nacionalismo, aparece mais inferido do que explicitado no texto que temos vindo a citar. Referem-se nele duas espécies de nacionalismo, o étnico, objecto de particular atenção por parte do autor, e o cívico (territorial e cívico), considerando-se ambos produtos da ideologia (política) «do nacionalismo», ideologia esta, portanto, com duas configurações diferentes, gerando uma o nacionalismo étnico e outra o nacionalismo cívico. Em si mesmo o nacionalismo, no entendimento do autor, não nos parece afastar-se muito de um entendimento bastante comum que tende a considerar nacionalismo como consciência da existência da comunidade nacional e sentimento de «pertença» a essa comunidade, distinguindo os que a ela não pertencem dos seus membros, os quais devem ser solidários entre si e devem considerá-la como seu principal foco de fidelidade.

Mas, ao entender o nacionalismo como (sempre) resultando de, ou coincidindo com, uma ideologia, o autor parece separar-se de uma corrente que considera nacionalismo como simples ligação afectiva à nação, parecendo aproximar-se de uma outra que tende a considerá-lo sentimento radicalizado, exclusivista, e conflituoso, sinónimo, ou quase, de «chauvinismo» ou xenofobia, entendimento que, naturalmente, é contestável, assim como o é a própria ideia de que o nacionalismo seja apenas consequência de uma ideologia. Essa ideia resulta de se considerar, como faz este autor, a nação como entidade política, mas, como já assinalámos, a nação também pode ser considerada entidade sócio-cultural deixando para a comunidade política as designações de Estado, Estado-nação, Nação-estado, que iremos trabalhar um pouco mais adiante. Considerando nação como comunidade apenas sócio-cultural o termo nacionalismo pode ser separado de qualquer ideologia política, relacionando-se simplesmente com uma tomada de consciência cultural e afectiva.

Temos portanto que o nacionalismo tanto pode ser considerado como o esforço gerador de uma determinada ideia de comunidade, e nesse sentido seria então uma ideologia, como ser entendido mero resultado da preexistência da comunidade, simples consciência da sua identidade, podendo ser considerado quer como sentimento intenso, radicalizado, e por isso eventualmente perigoso, quer apenas como natural apego emotivo à comunidade de pertença, tolerante para com os a ela estranhos. De qualquer dos modos, porém, resultando ou não de uma ideologia política, ou por ela sendo ou não intensificado, trata-se sempre de uma realidade, de uma força que existe e que funciona como fundo da actividade social, como elemento polarizador da solidariedade, como catalizador e caixa de ressonância de comportamentos colectivos. Condiciona, amplifica e dá um sentido aos grandes problemas que afectem, de forma crítica, a comunidade nacional, mesmo que esta seja apenas o que A. Smith designa por comunidade étnica.

O que porém aparece mais explícito, ocupando a maior parte da atenção do autor, são a distinção entre as duas espécies de nacionalismo, o detalhe com que analisa o nacionalismo étnico, e a relação entre as duas formas de nação com cada um desses nacionalismos. A distinção entre as duas formas de «nação», surgidas no século XIX, normalmente identificadas com os exemplos francês e alemão, embora com outra nomenclatura e explicada de outras formas, é bem conhecida e comumente aceite. Quanto às condições para a criação da «nação étnica», a enumeração feita, assim como a sua explicitação, além do seu inegável interesse global, contém aspectos bem observados, apoiados pelos factos históricos, assim como inferências que nos parecem discutíveis, exageradas, ou restritivas.

Por exemplo, parece-nos dever ser reconhecido que, na actividade das elites intelectuais, efectivamente sempre na base dos movimentos de afirmação etno-nacionalista, além de indivíduos movidos por inegáveis ambições políticas, existem frequentemente intelectuais desinteressados, motivados por um sincero, por um profundo sentido de devoção à comunidade, às suas tradições e valores culturais, tradições e valores esses que, indiscutivelmente, merecem sempre ser respeitados e preservados. Por outro lado, para além do papel dos intelectuais e da «*intelligentzia*» em geral, a influência de determinados factores, ou de

particulares situações, pode ser também extremamente relevante no despertar ou no incentivar de sentimentos nacionalistas. A disseminação de determinadas ideias-força, como a da origem da legitimidade do poder político no «povo», como a dos direitos humanos, que arrasta, como corolário, a do direito dos «povos» à autodeterminação, ou como a do direito a reagir contra situações sentidas pela generalidade dos membros de uma comunidade como altamente injustas ou opressivas, ou, simplesmente, a vontade, entendida como um direito, de uma comunidade assumir por si própria o seu destino colectivo, essa disseminação, que só em parte se poderá atribuir a intenções «voluntaristas» de elites intelectuais, tem resultado de uma muito ampla evolução cultural com raízes na Renascença e no Iluminismo, e tem constituído fonte principal para todos os nacionalismos.

Outro aspecto discutível é a apresentação da «purificação étnica» como sendo decorrência inevitável da lógica do nacionalismo étnico, de uma forma que insinua ser menos provável ou improvável a sua ocorrência fora desse tipo de nacionalismo. Na realidade pode-se defender o ponto de vista de que a «exclusão do outro» (de que a «purificação étnica» é uma faceta), pode sempre decorrer do «sentimento de pertença» desde que este seja exacerbado, mas não parece estar demonstrado nem que as mais radicais manifestações dessa «exclusão do outro» sejam inevitáveis, nem que sejam exclusivas do nacionalismo étnico, ou sequer que neste se tornem mais prováveis. A manifestação da «pulsão biológica» da «recusa do estranho ao grupo» parece ser no homem, como é em todos os animais sociais, um complemento *inseparável* do próprio instinto gregário. Dessa forma, a expressão das diversas formas de purificação do grupo que o autor refere a propósito das etnias pode acontecer (ou não) como ele descreve na sequência da lógica do «nacionalismo étnico», mas pode decorrer igualmente do «nacionalismo cívico» e pode acontecer em toda e qualquer outra situação de crise social, económica ou política, em qualquer tipo de comunidade. Além disso, existe ainda uma outra forma de «purificação étnica», surgida com a necessidade de «aceitar o outro» imposta pelas condições de vida nas sociedades complexas, que é muito frequentemente posta em prática, que o autor referiu em outro passo do seu trabalho mas sem o enfatizar, e que consiste na assimilação por delibe-

rado e forçado apagamento das especificidades sócio-culturais das comunidades a integrar.

Um conceito que frequentemente anda associado ao de nacionalismo é o de «patriotismo». Também a seu respeito existem variadas concepções. Talvez a mais comum seja a que assimila patriotismo ao que acima designámos como nacionalismo tolerante, não radicalizado. Uma outra, mais específica e mais de acordo com a etimologia do termo (pátria) é a que assimila patriotismo a devoção e fidelidade à comunidade política (Estado ou Estado-nação), já que a ligação ao território, implícita no termo (terra dos pais, dos antepassados), é essencial ao conceito de Estado, mas não ao de nação quando entendida esta como apenas comunidade sócio-cultural, caso em que o território é tão somente um dos diversos elementos importantes para a formação do sentido de identidade colectiva, porém nem sempre a isso indispensável.

A EVOLUÇÃO DOS NACIONALISMOS ATÉ 1990

Quanto ao conceito de «nação», como dissemos, é comum o entendimento de se ter originado durante o século XVIII, posto em prática desde o fim desse século, ligado às independências americanas e à revolução francesa, tendo como suporte a ideia de que a origem da legitimidade do Poder político residia no «povo» e não na dinastia real, ou em Deus. Surge então a necessidade de caracterizar esse «povo» detentor legítimo do Poder político, e legitimador dos que em sua representação exercem este Poder.

Na época, povo designava também um dos três «estados», ou estratos sociais, em que se dividia a sociedade (clero, nobreza e povo). Naturalmente, porém, a origem da legitimidade política não estaria apenas em um dos estratos sociais mas deveria abranger a generalidade (embora, como sabemos, não a totalidade) dos indivíduos governados por esse Poder político. Para evitar ambiguidades começou, com frequência crescente, a utilizar-se, nesse sentido, a palavra «nação» em vez de «povo». No entanto, isso iria dar origem a outra ambiguidade, já que a palavra nação, desde o tempo dos romanos onde teve origem (latim «natio», nascido), vem designando comunidade étnica, definida so-

bretudo em termos sócio-culturais (a nação lusitana, a nação gaulesa,...) sem referência necessária ao Poder político, ao contrário do conceito de Estado, e do novo conceito de nação que a partir do Século XIX vem designando a comunidade originadora do Poder político.

Para ultrapassar essa nova ambiguidade surge então a expressão «Estado-nação» (também por vezes é utilizada a expressão «Estado-comunidade» para designar a comunidade identificada pelo Poder político e administrada pelo «Estado-aparelho»). Mas, por facilidade de linguagem, muitas vezes se diz apenas «Nação» quando se quer dizer «Estado-nação» (a Sociedade das Nações, as Nações Unidas...). Deste modo, podemos encontrar hoje a palavra «Nação» com os dois significados, o «clássico» de comunidade etno-cultural, e o «recente» de comunidade política.

O significado mais antigo é o menos frequentemente utilizado. Nele, «Nação» designa a comunidade sócio-cultural, sem referência «necessária» ao Poder político, como poderá entender-se nesta definição do dicionário Webster's⁽¹¹⁾ *«Uma comunidade estável, historicamente desenvolvida, de povo com um território, vida económica, cultura distintiva e linguagem em comum»*, ou como parece defini-la A. Smith⁽¹²⁾, apesar da referência aos direitos e deveres (que podem ser apenas os consuetudinários...) e à economia centralizada (centralização que pode decorrer apenas da dinâmica dos laços preferenciais entre os seus membros), quando escreve *«atributos de uma nação (...) estes incluem os seguintes: uma «pátria» (homeland) claramente delimitada, compacta e reconhecida; uma cultura pública e de massas; uma economia centralizada com mobilidade interna; e direitos e deveres comuns para todos os membros da nação, usualmente visando a exclusão dos não membros. Estes são elementos que, juntamente com mitos e memórias partilhadas, definem o conceito de «nação»*.

⁽¹¹⁾ «Webster's New World Dictionary», second college edition, William Collins + World Publishing co., inc., 1976.

⁽¹²⁾ SMITH, A. D., obra citada, pag. 55. O autor, ao apresentar estes elementos definidores do conceito de nação, refere (nota 15) DEUTSCH, Karl, «Nationalism and social communication» (Cambridge, MA, MIT Press, 2.ª ed. 1966), assim como o 1.º capítulo do livro de sua autoria «National Identity» (Harmondsworth: Penguin, 1991) pag. 14.

Dentro da acepção de nação como comunidade apenas etno-cultural, ela é concebida como definida com base em elementos como o idioma, a religião, a etnia, os costumes, a História (imaginada ou interiorizada), um projecto de destino comum, elementos esses nem todos necessariamente presentes, e nem sempre com a mesma importância relativa. É, sobretudo, um «sistema de convicções» que suporta uma «identidade colectiva», a qual permite distinguir claramente os que pertencem à comunidade, dos «outros», os «estranhos» a ela.

Com maior frequência, o termo «Nação» aparece referindo o Estado-comunidade moderno, como ressalta deste extracto de um artigo escrito por Helmut Wagner⁽¹³⁾ «*O que é uma nação? Karl W. Deutsch deu a resposta mais simples «Uma nação é um povo na posse de um Estado» ou, poder-se-á acrescentar (...) um povo com a vontade de possuir o seu próprio Estado. A tese proposta por Ernest Renan era a de que uma nação era uma grande comunidade solidária, mantida coesa pela aprovação de sacrifícios já feitos no passado e a disposição para fazer outros no futuro. Baseava-se num passado comum; enraizava-se, no que respeita ao presente, num simples facto identificável: por acordo, o desejo declarado de formar uma comunidade. (...) O focus, certamente, é a moderna nação-estado. Ambos os autores assumem que uma comunidade só se torna uma nação quando se organiza a si própria politicamente e dispõe da vontade e da aptidão para exercer a auto-determinação. De outro modo o termo correcto seria grupo étnico ou nacionalidade*»

Conforme dissemos atrás, a concepção da origem do Poder político no «povo» ou na «nação» implicava caracterizar esse povo ou nação. Duas orientações diferentes surgem então. Primeiro, a intuitiva e imediata percepção de que o povo em causa seria aquele que já formava o Estado pré-existente, portanto, o conjunto dos «cidadãos» dentro das fronteiras já estabelecidas, ou seja, aplicava-se um critério simultaneamente cívico e territorial. Foi, como sabemos, a orientação ou critério que presidiu nas independências americanas assim como na revolução francesa.

(13) WAGNER, Helmut: «Constitutional patriotism as an antidote», artigo a pag. 243/252 da revista «Aussenpolitik», versão em língua inglesa, III/93, pag. 244.

Mas quando um «povo» tem um forte sentido sócio-cultural da sua identidade colectiva e se encontra, pelos acasos da antiga legitimidade política que está a ser posta em causa, dividido por vários Estados, o critério da identificação com base nas fronteiras, que separam entre si aqueles que se consideram a si mesmos como sendo o mesmo «povo», não pode satisfazer. Também nos casos em que comunidades de forte auto-identificação se encontram politicamente submetidas a comunidades diferentes, sentindo-se oprimidas, o critério cívico e territorial não satisfaz. Surge então a orientação, ou critério, de que o «povo» ou «nação» deveria ser o conjunto de indivíduos ligados por laços culturais e étnicos, estivessem ou não sob o mesmo anterior Poder político. Era, naturalmente, esse o critério que servia a alemães e a italianos, bem como a polacos, pregos, sérvios, croatas, albaneses, romenos e búlgaros, o qual portanto foi o por eles adoptado na formação dos respectivos Estados nacionais.

No desenvolvimento do seu trabalho sobre os nacionalismos e seu papel na formação das nações, A. Smith apresenta uma larga panorâmica em que transparece a existência destas duas orientações, as quais o autor identifica com os dois tipos de nacionalismo⁽¹⁴⁾ *«Como doutrina, o nacionalismo pode ser datado com bastante segurança no último quarto do século XVIII – nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Itália, e na Polónia, com ideologias nacionalistas jorrando imediatamente após na Espanha, Alemanha, Suíça, Grécia, Sérvia, e Rússia, assim como entre as elites crioulas da América Latina. Em geral, as primeiras formas de nacionalismo foram cívicas e territoriais na sua concepção, apesar de estar sempre presente um elemento étnico, já que mais não fosse através da identificação da nação com o ideal de soberania popular. Isso significava que a residência e a participação política numa cultura pública tendia a determinar cidadania e pertença à nação. Contudo, à medida que o século XIX progredia, o nacionalismo étnico veio ao de cima – na Alemanha e na Europa Oriental, na Irlanda e na Escandinávia e, mais tarde, no Médio Oriente e na Índia. Mesmo ainda na primeira metade do século XIX a ideia da autodeterminação nacional era aplicada a comunidades étnicas como as dos*

(14) SMITH, A. D., obra citada, pag. 58 e 59.

gregos, italianos, sérvios, polacos e alemães. A problemática natureza da entidade exercendo autodeterminação era teoricamente resolvida (...) atribuindo identidade colectiva à nação popular – isto é, a nação definida como um «povo» – e identificando o povo com a escolhida etnia, ou comunidade histórico-cultural. Na prática, contudo, esta atribuição punha vários problemas maiores. (...) determinar até que ponto uma dada população formava uma claramente separada etnia; definir exactamente a extensão e composição de cada etnia; e decidir como separar e territorializar etnias cujos membros residiam em áreas etnicamente misturadas. Se a autodeterminação de nações cívicas territorialmente definidas algumas vezes pôs problemas de ordem no interior dos Estados – como na Bélgica, Índia, Indonésia, e Nigéria – a das nações etnicamente definidas criou conflitos e desafios muito mais persistentes, complexos e graves».

Dois comentários nos parecem pertinentes após mais esta citação de A. Smith. O primeiro para sublinhar as dificuldades que muito bem aponta para o exercício da autodeterminação, a qual efectivamente se torna ainda mais difícil quando se trata de nacionalismos e nações étnicas, já que nestes casos muito raramente coincidem as fronteiras anteriores ao exercício da autodeterminação com os territórios tradicionais da comunidade étnica, ou com os de facto por ela ocupados. O segundo para fazer notar que, como aliás o autor reconhece, os nacionalismos e as nações cívicas (entendidas como pluri-étnicas, ou resultantes da assimilação de elementos de diversas etnias, senão seriam nações étnicas), também dão lugar a problemas graves.

A partir do momento em que se entende que o Poder político reside no povo, e que cada povo tem o irrecusável direito de dispor de si próprio, instala-se uma dialéctica inevitável entre a comunidade política, que detém o aparelho da governação e da administração, e que se quer manter sem perder Poder nem território, e a comunidade cultural, que detém os elementos de identificação de cada autoproclamado povo. A forma encontrada pela comunidade política para se manter foi ser «nação cívica», ou Estado-nação. Se, porém, dentro das suas fronteiras se contiverem várias comunidades étnicas, estas poderão sentir-se com direito a assumirem por si próprias o seu destino, reclamando alguma forma de autonomia política. É essa dialéctica que provoca as dificulda-

des assinaladas pelo autor com os exemplos da Bélgica (valões e flamengos), da Índia (muçulmanos, hindus, siks, assameses, tamis, etc.), da Indonésia (Sumatra, Nova Guiné ocidental, Bornéu, Timor oriental, etc.) e da Nigéria (Biafra, etc.), exemplos aos quais muitos outros se poderiam juntar.

Uma das consequências dessa dialéctica entre as comunidades políticas e as apenas culturais, que surge sempre que estas, não coincidindo com aquelas, mostram querer alguma forma de expressão política, ou mesmo, por vezes, quando mantêm uma identidade muito forte, é a de que a geração destes dois tipos de comunidades é inter mutável, isto é, tanto pode uma comunidade política (Estado, Estado-nação) ser originada pela autodeterminação de uma comunidade sócio-cultural (nação, comunidade étnica) como pode uma comunidade sócio-cultural ser formada no interior de uma comunidade política. É esse facto que assinala Helmut Wagner⁽¹⁵⁾, ao escrever «*Historicamente falando, uma nação cultural ou linguisticamente definida que se tornou ciosa das suas idiossincrasias luta – se necessário durante séculos – para vir a ser um Estado. Um Estado-nação com uma existência garantida desenvolve-se – mesmo que isso demore gerações – numa nação étnica e culturalmente homogénea. Protótipos do desenvolvimento de nações culturais em Estados são a Itália, a Alemanha, a Polónia e Israel; para o desenvolvimento de Estados-nação em nações, França, Espanha, Estados Unidos e – depois do Estado ter sido fundado – também Israel.*».

No entanto, o que já aqui apresentamos relativamente aos conceitos de ideologias nacionalistas étnica e cívica permite-nos perceber uma diferença importante entre ambas no que se refere ao seu papel nessa dialéctica entre as comunidades política e cultural. Quando é a comunidade política que é gerada pela sócio-cultural, como no caso da Alemanha, da Polónia, ou da Croácia, trata-se da autodeterminação de uma comunidade cuja identidade se consolidara independentemente do enquadramento político em que se inseria, frequentemente mesmo em oposição a esse enquadramento político, portanto o nacionalismo que suporta esse tipo de autodeterminações é, em regra, um nacionalismo

(15) WAGNER, Helmut, obra citada, pag. 244.

étnico, e a correspondente ideologia nacionalista não dá origem à «nova» nação mas, pelo contrário, origina-se nela. Enquanto que quando é a comunidade sócio-cultural a ser gerada pela comunidade política, como aconteceu na França, na Espanha, ou nos Estados Unidos, trata-se, então, de criar uma identidade cultural nova a partir do enquadramento político preexistente, eliminando particularismos etno-culturais ou procurando fundi-los na nova realidade cultural em formação, portanto o nacionalismo que pode estruturar esse tipo de nação será o territorial e cívico, cuja correspondente ideologia se origina na comunidade política e procura, esse sim, «criar» uma «nova» nação.

Ou seja, precisando agora um pouco mais as noções de nacionalismo e de «ideologia nacionalista» apresentadas algumas páginas atrás, as «ideologias nacionalistas» aparecem como os vectores de relação entre as comunidades políticas e as culturais. Nuns casos, os das «ideologias nacionalistas» cívicas, partindo do Estado para «construir» a nação, gerando nacionalismos cívicos e territoriais. Em outros, os das «ideologias nacionalistas» étnicas, partindo da nação para «construir» o Estado, procurando mobilizar e reorientar nacionalismos étnicos.

Para os nacionalismos étnicos, e correspondentes ideologias, os elementos fundamentais entre a diversidade que sabemos contribuir para estruturar uma identidade colectiva seriam os que se referem à ideia de uma ancestralidade comum. Para os nacionalismos cívicos e correspondentes ideologias, pelo contrário, será importante uma História partilhada (a correspondente à comunidade política matriz da nação) mas não uma ancestralidade comum, que não pode existir para todos os membros da nova comunidade sócio-cultural, enfatizando-se, isso sim, o que se refere à vontade de partilhar um destino comum. Para o nacionalismo étnico pertence-se à nação porque se nasce de pais que a ela já pertenciam e constituem assim o elo de ligação à ancestralidade comum. Para o nacionalismo cívico pertence-se à nação porque se quer fazer parte dela, a nação é entendida como uma espécie de «plebiscito permanente».

Disto resulta que, em regra, a nação cívica seja mais aberta à mudança social, procurando evoluir integrando as diferentes comunidades que constituem a comunidade política, esforçando-se por apagar as diferenças culturais que as distinguem e separam, em favor de uma nova

identidade cultural que a todos reúna (assimilação), enquanto que a nação étnica, em regra, assumia uma postura socialmente mais conservadora, procurando preservar-se na pureza das suas tradições e cultura, e, quando comunidade no interior de um Estado plurinacional, reagindo contra as tentativas de assimilação, mas podendo aceitar as de integração na forma de pluralismo cultural ou «mosaico étnico», como acontece na Suíça ou no Canadá.

Um testemunho interessante, que nos permite perceber um dos possíveis desenvolvimentos da dialéctica entre Estado-nação (ou comunidade cívica) e comunidade étnica, encontra-se neste trecho de Arthur Conte⁽¹⁶⁾ *«Por nascimento sou catalão. Filho do Russilhão. O catalão é a minha língua natal. Aprendi o francês na escola. Nunca falei senão catalão com os meus pais. Ainda hoje penso em catalão, canto em catalão, sonho em catalão, encolerizo-me em catalão. Catalão, não saberia sê-lo mais (...) Contudo, mantenho-me agarrado a essa maravilha de construção e de espírito que constitui os «Estados Unidos da França». Sou imensamente orgulhoso de ser escritor francês. Sinto-me totalmente solidário de um bretão, de um picardo, ou de um natural da Sabóia. Sinto no mais fundo de mim mesmo a harmonia francesa. É tão verdade que não guardo nenhum rancor dos meus professores que tinham por missão interdizer-nos, a nós crianças, o falar catalão entre nós, na aula e mesmo no recreio. Mas é com todas as minhas fibras que permaneço vinculado à minha aldeia natal, às recordações dos meus primeiros anos, à paisagem da minha infância»*

A tensão entre a consciência de se pertencer a uma comunidade étnica e, simultaneamente a uma comunidade política-cívica (Estado-nação) que a abrange mas não coincide com ela, o facto de um indivíduo poder partilhar entre as duas comunidades o seu sentimento de pertença e as suas fidelidades compatibilizando-as perfeitamente, transparecem com clareza neste texto. Também nele ressalta a força mais profunda da ligação à comunidade étnica, a qual vem ao de cima nos momentos de maior emotividade, nas crises e nas alegrias, aparecendo a ligação à comunidade política (nação cívica) como mais racionalizada. Interessante também a referência explícita aos obstáculos

(16) CONTE, Arthur, jornal «Le Figaro», 14 de Julho de 1992.

levantados à prática dos idiomas étnicos, um dos mais utilizados entre os muitos meios e processos empregues pelas comunidades políticas para «homogeneizarem» o seu «povo», para criarem, através do apagamento das outras, uma só comunidade etno-cultural. Mas no mesmo texto se pode constatar, simultaneamente, tanto o relativo êxito desse tipo de medidas («orgulho-me de ser francês, não guardo rancor aos professores...») como os seus limites e dificuldades. No fim de contas, a Catalunha francesa vem sendo assimilada há séculos, e ainda guarda a identidade profunda que este texto atesta.

A dialéctica, porém, não existe apenas entre comunidades políticas, político-culturais cívicas (Estados-nação plurinacionais ou pluri-étnicos) e comunidades culturais étnicas. Ela existe também, por um lado, entre as comunidades políticas e político-culturais tanto cívicas como étnicas, e, por outro, as comunidades de vocação universalista ou supranacional, sejam estas de natureza religiosa, como foi o sacro-império romano-germânico, ou tem sido o pan-islamismo, ou de natureza ideológica, como os internacionalismos anarquistas, socialistas, comunistas, ou de natureza estritamente política, como os numerosos impérios de que a História está repleta, ou de tendência federativa por autoconsentimento, como a União Europeia.

A intensidade assim como as formas assumidas por estas dialécticas têm variado com as circunstâncias históricas. No fim do século XVIII e princípio do XIX foi a primeira vaga dos nacionalismos, nacionalismos cívicos, que deu origem às independências americanas. Povoados por colonos de várias origens, de diferentes etnias, «desenraizados» e longe das comunidades de origem, assim como pelos descendentes dos escravos africanos igualmente «desenraizados», e pelos povos indígenas, minoritários e subalternizados, os novos Estados saídos das estruturas coloniais iniciaram a tarefa de construir as respectivas nações (o «melting pot»), na qual determinados valores e sentimentos, muito ligados às especificidades geográficas, sociais, e políticas (geopolíticas), tais como uma ideia potencializada de liberdade e uma percepção de oportunidades quase indefinidas (o «sonho americano») têm vindo a desempenhar papel importante.

A segunda vaga de nacionalismos foi europeia, tendo atingido a sua intensidade máxima na segunda metade do século XIX, com claro

predomínio dos nacionalismos étnicos na formação dos novos Estados independentes. Aqui o problema do traçado das fronteiras, relativamente menos relevante no caso dos nacionalismos cívicos da América, tornou-se rapidamente o problema principal, dado a grande interpenetração das diversas comunidades étnicas. Sobretudo na Europa central, devido às circunstâncias históricas e geopolíticas, esta questão, provisoriamente «congelada» durante quarenta e cinco anos pelo conflito Leste-Oeste, alimenta um sem número de conflitos, uns já activos (ex-Jugoslávia, Cáucaso, Moldávia, Crimeia ...), outros apenas potenciais (Países Bálticos, Polónia, Ucrânia, Hungria, Roménia, Rússia, Alemanha...), mas todos susceptíveis, se não forem adequada e eficazmente controlados, de originarem confrontos muito violentos.

No início deste século e no intervalo entre as duas guerras mundiais, a difusão dos princípios e ideias políticas europeias em África e na Ásia deu origem a uma terceira vaga de nacionalismos entre povos de antigos Estados históricos no Norte de África (Marrocos, Egipto), no Médio Oriente, (Turquia, Síria, Arábia), na Índia (Ghandi), na Indochina (Ho-chi-Min), na China (Sun-ia-Tsen), os quais se poderão considerar terem sido predominantemente cívicos, na sua formulação, apesar de alguns terem como fundo fortes tendências étnicas. O principal problema, depois de alcançadas as independências, tem sido, como normalmente acontece com as nações cívicas, compatibilizar ou integrar as diferentes comunidades étnicas, tarefa que em alguns casos (União Indiana, China, Indonésia...) tem de enfrentar verdadeiros mosaicos étnicos, constituídos por comunidades muito antigas e com forte identidade, frequentemente divididas por fronteiras que atravessam os seus territórios tradicionais. Noutros casos, como acontece na área de civilização muçulmana, as dificuldades são ainda de outra ordem, confrontando-se os novos Estados-nação, alguns procurando com tenacidade organizarem-se segundo os modelos «seculares» político-sociais europeus, quer com a ideia milenária da unificação político-religiosa da comunidade islâmica (a «umma» e a experiência histórica do «califado»), quer com o activismo político (e violento) dos diversos «fundamentalismos» radicais, tanto sunitas como xiitas, ferozes opositores a qualquer tentativa de modernização social que separe religião de vida política, bem como a tudo que lhes pareça inculcar uma influencia cultural euro-americana.

Após a segunda guerra mundial assistimos à quarta vaga dos nacionalismos, a da descolonização. Embora em alguns casos os nacionalismos incluíssem vectores marcadamente étnicos, e quase todos fossem antieuropeus, o que também os impelia no sentido da etnicidade, a verdade é que a natureza artificial das fronteiras impunha a tentativa de construir nações cívicas. A preocupação da OUA com a preservação das fronteiras coloniais, bem como a determinação de todos os dirigentes africanos em evitar secessões (Biafra, Catanga) e em manter como línguas oficiais as herdadas das antigas Potências colonizadoras, representam o reconhecimento implícito deste facto. É um processo que apenas iniciou o seu curso com as enormes dificuldades de todos bem conhecidas, no qual existem algumas semelhanças com o processo americano, na medida em que se trata de construir novas comunidades nacionais dentro de fronteiras herdadas das antigas colónias, mas em que as diferenças são consideráveis. Enquanto nas Américas o processo foi conduzido pelos colonos, em regra majoritários, com pouca ou nenhuma participação das populações autóctones, nas descolonizações da segunda metade deste século, sobretudo em África onde originou quase meia centena de Estados, o processo foi conduzido por burguesias indígenas educadas segundo padrões europeus, quase sem a participação, ou mesmo com a oposição, dos colonos, e também, muitas vezes, com apoios apenas parciais das populações «libertadas». Por sua vez, estas encontram-se agrupadas em comunidades tribais, muitas delas com escasso sentido da identidade colectiva, com frequência divididas internamente pelas fronteiras artificiais do colonialismo, e mantendo entre si conflitos étnicos, por vezes muito violentos e muito antigos, conflitos esses que o domínio colonial conseguia controlar mas que agora têm vindo a exprimir-se de novo (Ruanda, Burundi, Sudão, Mali, Etiópia, Libéria...), dando lugar a «purificações étnicas» e genocídios de grandes proporções, e tornando alguns desses novos Estados verdadeiramente ingovernáveis (Somália, Libéria...).

A QUESTÃO NACIONALISTA E O FUTURO

A implosão do império soviético marca o início de uma nova vaga, agora claramente marcada pela predominância dos nacionalismos étni-

cos, dando origem, num curto período, a mais de uma dezena de nações étnicas, quando na vaga anterior, a da descolonização, o aparecimento deste tipo de nações fora uma raridade (apenas o Bangladesh e Israel). É uma tendência cuja força parece estar em desenvolvimento, que ameaça, pelo contágio, a estabilidade interna dos Estados plurinacionais (ou das Nações cívicas), e que relança com vigor a sempre delicada, a sempre perigosa questão das fronteiras e da partilha dos territórios.

Isto conduz-nos a outra questão, frequentemente polemizada. Os nacionalismos são bons, ou são maus?

A primeira consideração, por assim dizer prévia, é a de que não existem no mundo actual nações sem nacionalismos, entendam-se estes como ideologias, ou como sentimento da existência da nação e implícito reconhecimento de que nela se deve colocar o foco principal da fidelidade colectiva. A questão reconduz-se pois à apreciação do valor da nação, comunidade cultural e étnica, assim como da sua «necessidade» como comunidade também política.

Começando por este último ponto, parece-nos claro que enquanto for entendido estar no «povo» a legitimidade do Poder político, e se reconhecer a cada «povo» o direito à autodeterminação, será inevitável que, mais tarde ou mais cedo, com mais intensidade ou menos, de forma violenta ou ordeira, todas as comunidades com identidade própria bem definida, entre as quais, como vimos, se salientam as comunidades étnicas, venham a reclamar alguma forma de Poder político, desde a simples autonomia até à independência. Aqueles princípios estão-se universalizando, e nada indica que essa expansão seja travada nem que a sua generalizada aceitação venha a ser posta em causa nos tempos vindouros, apesar de serem contestados na sua prática ou sofismados na sua formulação pelas ideologias comunistas assim como pelos fundamentalismos religiosos. Mas as primeiras estão em clara perca de capacidade de persuasão, os segundos parecem limitados nas suas áreas de expansão, e a experiência deste século parece demonstrar a incapacidade de umas e outros para erradicarem os sentimentos nacionalistas. A força das realidades parece pois impor como indissociável, pelo menos a curto e a médio prazo, a ligação entre comunidades étnicas e reivindicação de Poder político, donde, a permanência ainda por longo tempo da «dialéctica» entre as comuni-

dades políticas e as étnico-culturais, ainda não políticas mas querendo vir a sê-lo.

Passando agora à questão da valia das comunidades nacionais, a argumentação pode ser articulada em torno de três parâmetros mais ou menos inter-relacionados.

Um deles é o da preservação da diversidade cultural, a qual dá colorido, imprime dinamismo, às relações entre os povos, contribuindo para o mútuo enriquecimento das respectivas culturas e, por intermédio desse mútuo enriquecimento, para gerar, desenvolver, consolidar, as diferentes civilizações, diversidade que impulsiona a mudança assim como o progresso social, os quais provavelmente não existiriam, ou seriam muito mais lentos, sem ela.

Outro desses parâmetros inter-relacionados será o da estabilização do funcionamento social. Esta é facilitada pela existência das comunidades nacionais, as quais se constituem como comunidades geralmente de dimensão adequada, intermédia entre a muito grande dimensão necessária às exigências das economias e dos sistemas de Segurança internacional modernos, e a pequena dimensão que permite clara expressão do mútuo reconhecimento indivíduo-grupo. No mesmo sentido concorre o facto das comunidades nacionais permitirem melhor enquadramento das instituições e das relações sociais de toda a ordem, já que esse enquadramento é potencializado pelo facto da sua identidade se apoiar em elementos como o idioma, as tradições partilhadas, mitos e símbolos de ancestralidade comum, facilmente identificáveis e que de certa forma evocam nas sociedades complexas a imagem da «grande família» comunitária primitiva, apelando assim, de forma mais directa e intensa, para os instintos de socialização, e atenuando a sensação de «divisão» decorrente da pluralidade de pertenças ao oferecer um claro foco de fidelidade principal.

O outro parâmetro será o da intensificação da coesão interna, consequência imediata daquele apelo directo aos instintos de socialização numa comunidade de dimensão adequada à comunidade política, assim como decorrência natural do sentimento de «destino comum» inerente à consciência da nacionalidade. Conforme escreve o Prof. Mendo Henriques⁽¹⁷⁾

(17) HENRIQUES, Mendo Castro, obra citada, pag. 141 a 143.

«Uma sociedade pode ser destruída não só pela dispersão ou eliminação física dos seus membros, como também pela desintegração das crenças que fazem dela uma unidade actuante na História, ou seja, pela perda de coesão nos campos sociais aos quais os seus membros manifestam lealdade (...) Para conferir coesão à massa difusa de actividades individuais e colectivas, cada sociedade selecciona uma imagem simplificada de si própria (...) A nação é essencialmente o campo de consciência dominante numa sociedade (...) Cada nação debate permanentemente a sua identidade dentro de si própria e a sua diferença face ao exterior». É, aliás, a conjugação dessa necessidade de intensificação da coesão interna com a incomparável aptidão da comunidade sócio-cultural que é a nação para promover a coesão, a razão principal pela qual as comunidades políticas, desde sempre (e não apenas nos tempos modernos) têm procurado «homogeneizar» étnica e culturalmente o povo abrangido, criando ou reformulando a «nação».

Pondo a questão de outra forma, o sentimento nacionalista, enquanto expressão e suporte da identidade colectiva, assim como «fonte» da solidariedade entre os «nacionais», aparece simultaneamente como «protecção» e como enquadramento quer dos indivíduos quer dos pequenas grupos. Enquanto forma tanto de coesão social como de afirmação colectiva, que se exalta em situações de crise, transforma-se em possível arma de acção política. É a nação que dá coesão ao tecido social, que favorece o exercício da autoridade ao dar-lhe o suporte dos costumes e da tradição, que orienta a fidelização dos indivíduos, que facilita e reforça a motivação do esforço colectivo, sobretudo em situações de sacrifício.

Obviamente, dos dois tipos de «nação», aquele a que melhor se adequam os argumentos favoráveis acabados de referir será o da «nação étnica», já que o da «nação cívica», como sabemos e o texto atrás referido de Arthur Conte demonstra, não só assenta menos fortemente nos sentimentos mais profundos (e portanto mais intensos) do instinto gregário, como tende a eliminar a diversidade cultural no seu interior, contribuindo assim para diminuição global dessa diversidade no Mundo.

Como acontece com a maior parte das coisas, às vantagens da existência das nações correspondem desvantagens, as quais, por razões análogas, são também maiores para as «nações» étnicas.

O reforço da coesão no interior das comunidades tem o inevitável efeito de reforçar, paralelamente, a agressividade destas para o seu exterior, como tem sido afirmado por muitos sociólogos, antropólogos, e, relativamente aos animais sociais, pelos etólogos, afirmações essas comprovadas por variadíssimas observações assim como incontáveis exemplos históricos. Neste mesmo trabalho tínhamos já referido esse facto, ao abordar a evolução paralela entre o reforço do sentimento de pertença ao grupo (que constitui o elemento da coesão), e o sentimento de recusa do estranho ao grupo. O crescimento dos impulsos gregários de toda a ordem (nacionalismos mas não só) arrasta pois, quase sempre, a proliferação assim como o desenvolvimento de conflitos sociais e políticos, e, eventualmente, de surtos de racismos, xenofobias, «purificações étnicas», disputas territoriais.

Na realidade, parece-nos podermos concluir, os nacionalismos e as «nações» resultam de uma pulsão «básica», biológica, a da socialização, à qual, apesar de tudo, oferecem a forma mais adequada não só nos tempos modernos, como, tudo parece indicá-lo, também durante bastante tempo no futuro. Os seus inconvenientes são inseparáveis das suas importantes vantagens, e decorrem, também eles, directamente, dos factores biológicos em que assenta todo o instinto gregário. Deste modo parecem vãs as esperanças de que outras formas de socialização e de expressão desses instintos gregários possam vir a eliminar aqueles inconvenientes, como de resto se poderá depreender da frequência de conflitos violentos entre adeptos de clubes desportivos, ou de fiéis de comunidades e de seitas religiosas, ou de militantes de partidos políticos, ou de membros de organizações profissionais, etc.

Tanto a permanência como a força dos sentimentos nacionalistas são também constatados por A. Smith que, a esse respeito, escreve nas conclusões do trabalho de sua autoria que temos vindo a citar⁽¹⁸⁾ *«Duas coisas, contudo, são relativamente certas. A primeira é o imenso poder e imprevisibilidade do nacionalismo étnico (...) A segunda aparente certeza é a impossibilidade de conceber uma alternativa realista a um Mundo de nações – crescentemente, um Mundo de nações étnicas (...)»*.

(18) SMITH, A.D., obra citada, pag. 59/60.

Nos nossos dias, as dialécticas que temos vindo a referir entre as comunidades políticas e as comunidades e organizações supranacionais por um lado, e entre as comunidades políticas e as etno-culturais por outro, parecem convergir numa dialéctica fundamental, a qual tende a tornar-se o principal campo de forças ordenador do Sistema Internacional. Essa dialéctica fundamental desenha-se entre a pressão crescente das reivindicações regionalistas e nacionalistas, agora, cada vez mais, dominadas pelos nacionalismos étnicos, e a também crescente consciência da necessidade da estruturação de «grandes espaços» que permitam fazer face aos enormes desafios decorrentes da interpenetração das economias, dos complexos e internacionalizados problemas da Segurança, das questões globais do ambiente.

A tensão crescente entre estas forças contrárias poderá conduzir, através do crescimento exponencial das conflituosidades internas e internacionais, a um Mundo ainda mais fragmentado, e caótico, do que o actual, a uma «nova idade média» como já tem sido afirmado⁽¹⁹⁾, mas pode também, no outro extremo das possibilidades, desenvolver-se de uma forma relativamente controlada até encontrar a sua síntese numa «nova ordem mundial» (não necessariamente a esboçada na proposta de G. Busch). Para que a hipótese mais optimista possa acontecer, alguns requisitos teriam, parece-nos, que ser preenchidos.

Desde logo, a estruturação dos «grandes espaços» teria que ser politicamente bastante descentralizada, segundo rigoroso respeito pelos princípios da supletividade ou da subsidiariedade, bem como pelos direitos humanos e das minorias, concedendo-se amplas autonomias às regiões culturalmente diferenciadas assim como às minorias étnicas. Essas condições parecem ser indispensáveis não só para evitar reacções violentas das comunidades a englobar, que inevitavelmente surgirão sempre que se tente excessiva centralização política para a qual não estejam ainda preparadas, como também para diminuir as pressões dos Estados sobre as respectivas minorias, fornecendo a estas e aos próprios Estados membros um quadro político-económico que lhes dê estabilidade, viabilidade, e autonomia adequadas.

⁽¹⁹⁾ Como o faz, por exemplo, Alain Minc, que tituló um seu recente livro de análise e reflexão sobre o Sistema Mundial «Le nouveau Moyen Age» (Editions Gallimard, 1993).

Este tipo de estruturação, que está já a ser «inventado» na União Europeia pela prática dos pequenos passos e daquilo que o professor Adriano Moreira designa por «futuro anunciado»⁽²⁰⁾, que muito provavelmente não chegará a ser uma verdadeira federação mas deverá exceder o quadro normal das competências e das funções de uma confederação, deverá pois institucionalizar formas e processos eficazes para a protecção dos direitos humanos e das minorias, assim como para arbitrar, permitindo resolve-los de forma justa, equilibrada, os múltiplos problemas territoriais e de fronteiras criados pelas afirmações étnicas no interior dos espaços abrangidos.

Todas estas condições, todos estes desideratos, são certamente mais fáceis de serem compatibilizados com sistemas políticos pluripartidários, bem como com economias de mercado, pelo que as tendências para a expansão destes modelos de organização política e económica parecem constituir também condição quer para a progressiva implantação, quer para o futuro êxito, dos referidos «grandes espaços». Estes poderão talvez prefigurar as grandes comunidades políticas que no futuro venham a substituir, não propriamente os «Estados-nação», que seriam englobados sem perda de identidade, mas sim os cada vez mais desadequados e obsoletos «Estados soberanos».

Raúl François Martins

⁽²⁰⁾ MOREIRA, Adriano: «Da relação entre a Nação e o Estado», artigo publicado na revista «Nação e Defesa», n.º 61 (Março 1992), pag. 31, onde pode ler-se *«A construção europeia em curso adoptou um método original, que é o do futuro anunciado. Em cada reunião cimeira vão sendo enumerados os compromissos que serão assumidos na seguinte, e deste modo o futuro é convidado a bater à porta com protocolo».*